



TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MARABÁ, PARÁ

PRODUCTIONS TRENDS FROM FAMILY FARMING IN THE MARABÁ REGION, PA

Tiese Rodrigues Teixeira Jr¹

Maurílio de Abreu Monteiro²

RESUMO

Reconhecendo que a agricultura familiar tem estatuto e dinâmicas conceituais próprias e tendo por base o tratamento de dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 e do Cadastro Ambiental Rural de 2016, a pesquisa demonstra algumas tendências no agrário da região de Marabá. Pa. A realização de pesquisa de campo, norteadas por leituras das redes de laços sociossimbólicos indica, por exemplo, um processo de pecuarização da agricultura familiar na região atravessado por ações práticas tomadas, às vezes, de forma inconsciente refletindo produtos do *habitus* ajustado a um conjunto marcado por um jogo social, no qual estes agentes sociais têm respondido com ações práticas voltadas, primeiramente, a garantir o sustento cotidiano da família.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Pecuarização; Marabá; Amazônia.

ABSTRACT

Recognizing that family farming has its own status and conceptual dynamics and based on the processing of data from the 1996 and 2006 Agricultural Census and the 2016 Rural Environmental Registry, the research shows that in the Marabá region agrarian that the main change was that livestock production directly linked to family farming. Conducting field research, guided by readings of the social-symbolic networks of ties, indicates that these objectified manifestations of the family farming livestock process in the region are neither that are considered unconscious reflecting products of the *habitus* adjusted to a set marked by a social game in which these social agents have responded with actions. practices aimed at ensuring the daily living of the family;

KEYWORDS: Family Farming; Pecuarization; Marabá; Amazon.

¹Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Naea/UFGA. Docente da Faculdade de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: tiese@unifesspa.edu.br

²Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Naea /UFGA. Professor Titular da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail. maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br



INTRODUÇÃO

Neste artigo trazemos uma reflexão sobre as tendências da produção da agricultura familiar na região de Marabá, sudeste do Pará³, espaço em que as dinâmicas territoriais têm sua conformação historicamente marcada pela luta e manutenção da posse da terra. O objetivo geral é identificar e analisar as tendências dessa produção rural, primeiro, expressa em dados matemáticos, depois, em elementos sociológicos. O desenho que emergiu dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE, do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e da subjetividade dos agentes sociais apontou tendências importantes para caracterizar a natureza da produção nessas propriedades envolvidas com a criação de gado na região.

A pesquisa de campo forneceu um *corpus* que foi analisado com ajuda de referencial sociológico, para ampliar a leitura do contexto, no sentido de entender suas subjetividades para além dos números, por isso, recorremos à sociologia de Bourdieu (2009). A pesquisa indicou que esta parcela do agrário regional vive um processo de pecuarização, que é entendida como a principal tendência de crescimento na importância das atividades vinculadas à pecuária bovina, no interior do estabelecimento familiares. Os dados dos Censos e do CAR referem-se à área que atualmente, abrange os municípios de Marabá, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás, já a pesquisa de campo, com realização de entrevistas aconteceu nos municípios de Jacundá, Nova Ipixuna, São João do Araguaia, Itupiranga e São Domingos do Araguaia, todos na região sudeste do estado do Pará.

Este artigo traz além da introdução; o percurso metodológico e a rede de análise; sobre a agricultura familiar na região de Marabá; as tendências da agricultura familiar e na última parte, as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO E REDE DE ANÁLISE

³ Este trabalho deriva da tese de doutorado do primeiro autor, pelo Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, intitulada *A pecuarização e o sentido prático dos agricultores familiares na Amazônia, o caso da região de Marabá no Pará*, sob orientação do professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro.



A pecuarização se expressa em relações sociais objetivadas, tanto que os dados dos Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006 indicam, por exemplo, que o valor regional da produção da pecuária vinculada diretamente à agricultura familiar, saltou de 18% para 24,39% do valor regionalmente produzido; o valor bruto da produção da pecuária que representava 37% do valor total da produção da agricultura familiar atingiu 67% do valor deste segmento; o percentual do número de estabelecimentos da agricultura familiar que desenvolvia pecuária passou de 31% para 83%; e a área nos estabelecimentos da agricultura familiar destinada à pecuária, mais que duplicou, deslocou-se de 41% para 87% da área nos estabelecimentos da agricultura familiar da região.

Esse quadro, extraído da primeira fase de pesquisa, pode indicar o comprometimento de uma forma específica de produção, pois, uma parcela relevante da interpretação teórica acerca da reprodução da agricultura familiar indica, que os fundamentos desta vão por caminhos diferentes daqueles que sustentam a produção da pecuária bovina para corte, uma vez que a pecuária como atividade produtiva na região é marcada, dentre outros elementos, pelo uso extensivo da terra para pastagem homogêneas e pelo emprego relativo de pouca força de trabalho. Essa lógica de relação com a terra contraria a natureza da agricultura familiar que tem como marcas principais: a utilização da força de trabalho familiar; o uso intenso da terra e a diversidade da produção. (CHAYANOV, 1974; TEPICHT, 1973; ABRAMOVAY, 1992).

Uma vez mapeados as manifestações aparentes e suas tendências, no que concerne à agricultura familiar, a etapa seguinte da pesquisa foi dirigida para a busca de outros elementos interpretativos. Para tanto, recorreu-se às pesquisas de campo, feitas nos anos de 2017 e 2018, por meio da realização de entrevistas com estes agricultores familiares.

Após a pesquisa de campo, sem desconsiderar os aspectos de objetividades, recorreu-se aos conceitos de habitus e ao de estratégia, como instrumentos conceituais que auxiliaram pensar a relação, e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos agricultores familiares, no bojo da reflexão e da construção de um concreto pensado. (BOURDIEU, 2009).

A agricultura familiar sendo dotada de especificidade requer que a interpretação de mudanças no seu âmbito parta desta particularidade, a partir da qual é abordada tendo por base o arcabouço conceitual de Bourdieu para apreender as mudanças, sobretudo, como a



exterioridade impacta nas unidades familiares e, dialeticamente, como as unidades familiares impactam no agrário da região. Das formulações conceituais utilizadas, duas são interpretadas como senhas para a leitura ora proposta: *habitus*, e estratégia (BOURDIEU, 2009; 1989; 2001; 2002; 2003; 2009; 2010 e 2012).

Mobiliza-se, assim, um conceitual teórico metodológico de caráter sociológico com vistas a identificar e analisar as tendências da produção em curso, na agricultura familiar na região de Marabá no âmbito sociossimbólico, nos termos de Bourdieu (1989). Estas aproximações teóricas possibilitaram uma leitura acerca das tendências presentes, mediante a incorporação de aspectos do campo das subjetividades dos agentes sociais.

Em campo foram usadas as seguintes técnicas de coleta:

- Reuniões: A exposição dos dados empíricos dos Censos do IBGE de 1996 e 2006, e do CAR 2016 para produtores e produtoras rurais, conhecedores da realidade sociológica local;
- Entrevistas: As entrevistas foram usadas na coleta de informações nos estabelecimentos agrícolas familiares;
- Roteiro: No caso do levantamento junto aos agricultores foi utilizado o roteiro semiestruturado para a orientação do diálogo. No caso de algumas informações ao nível do estabelecimento, principalmente, aqueles referentes aos projetos dos assentados e trajetória histórica e social;
- Caderno de campo: O caderno de campo foi um instrumento usado em todo o processo, para registrar os achados.

SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MARABÁ/PA

No Sudeste do Pará, na década de 1930, o estado distribuiu um milhão de hectares de castanhais na forma de cessão de aforamento para aliados políticos, criou-se, então, o polígono dos castanhais, com 250 bosques nas mãos da oligarquia local. Com o Estatuto da Terra, de 1964, se estabeleceu um acordo entre o governo militar e a igreja Católica, isso resultou na distribuição de 4.100 lotes, nos anos de 1971 e 1981, numa faixa de 10km da transamazônica, onde foram instalados os chamados colonos. No final daquela década, não havia mais “terras



livres”, começaram as invasões e as ocupações das grandes propriedades por trabalhadores rurais e sem-terra. (EMMI,1999).

Michelotti (2009, p. 247) apresenta um recorte histórico de constituição do agrário regional organizado em três períodos: início do século XX, até década de 1960; 1970 a 1989; e 1990, até hoje. O primeiro período, caracterizado pela existência de uma “frente de expansão da castanha e pecuária”; o segundo, pela existência de uma “frente de expansão agrícola – posseira”; o terceiro, pela luta dos “sem terra”.

As estratégias de ocupação recente da região Amazônica, no século XX, devem ser olhadas sob o aspecto da intervenção estatal, neste caso, em um primeiro período que se estende aproximadamente do ano de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, que tinha como função elaborar planos quinquenais para a região, passando pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, 1970 e de grandes projetos como Grande Carajás, Construção de Hidrelétricas, Projeto Calha Norte, chegando a 1988, com o Programa Nossa Natureza, do Ministério do Interior, que pretendia rever a legislação ambiental e o zoneamento agroecológico da região (TRINDADE, 2014).

Em 1964, os militares mudaram a estrutura política brasileira, ao darem um golpe e assumirem o governo do país. As transformações impostas pelo governo militar logo chegaram à economia. Neste novo cenário político e econômico, a Amazônia precisava ser integrada ao restante do Brasil. Foram criados projetos econômicos que possibilitaram que o capital externo entrasse na região, assim como, o domínio político dos militares (TRINDADE, 2014).

Em nome do “progresso” do país, os estados perderam autonomia política e econômica e a região foi aberta ao grande capital interno e externo, através de uma política de incentivos fiscais. Assim, em 1966, começou a ser elaborado a “Operação Amazônia”, que tinha como foco principal fazer um grande diagnóstico da região, revelando suas principais deficiências e suas potencialidades econômicas. Após o estudo, o governo definiu como primeiras ações: Criar polos de desenvolvimento, incentivar a migração populacional e do capital privado, assim como, desenvolver infraestrutura e financiar pesquisas sobre os recursos naturais da região. O aparato administrativo foi grande. Instituições foram criadas, outras, tiveram suas naturezas



redirecionadas. Tudo com o objetivo de levantar recursos econômicos, que no discurso, iriam beneficiar a Amazônia (FERDANDES, 2014).

Uma dessas medidas foi à substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, criada em 1953, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, que tinha entre as suas funções a de avaliar os projetos e selecionar os que seriam implantados aqui na região. O Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia (BASA). No início da década de 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essas iniciativas faziam parte do fortalecimento da presença do estado na região. O governo, porém, falava em inserir, preencher, proteger, garantir, promover, desenvolver a Amazônia (PETIT, 2003).

Por estes caminhos, o capitalismo se fortaleceu na região e uma de suas consequências foi a de competir de forma desigual com o capital regional. O governo criou uma legislação complexa que impedia muitos empresários locais de obterem créditos e os incentivos fiscais, tão propagados pela SUDAM. O programa de desenvolvimento militar para a região trazia na bagagem doses maiores de capitalismo, os incentivos fiscais, a abertura de uma rede rodoviária, que incluía a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e a vinda de homens e mulheres para colonizar a região. Era importante ocupar a região preenchendo o grande *vazio demográfico* existente aqui, e por fim, garantir a soberania da nação, diziam os militares. Com uma política econômica marcada por obras faraônicas, o governo também buscava visibilidade no cenário internacional e, assim, atraía o capital externo com mais facilidade. Criando uma série de leis e decretos o governo foi superpondo o domínio federal sobre as esferas estaduais (PETIT, 2003).

Um dos expoentes desse modelo de desenvolvimento foi à criação da Amazônia Legal, em 1966, delimitação de ordem política e administrativa, não geográfica, que tinha a função de planejar o desenvolvimento regional com incentivos de créditos e fiscais, abrangendo o que hoje se conhece como os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A maioria desses estados está localizada na região Norte do Brasil, exceto o Maranhão, no Nordeste e Mato Grosso, no Centro-Oeste. Um decreto de 1967 dividiu a região em Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia e Amazônia Oriental formada pelos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins (FERNANDES, 2014).



Na campanha do governo militar, para atrair gente para o seu projeto de colonizar a região, diziam que as terras na Amazônia não tinham dono. Quando os colonos chegaram aqui, descobriram que os povos indígenas, por exemplo, os verdadeiros donos do lugar, estavam dispostos a lutar por suas terras, muitos nativos e colonos morreram em combate, e este foi apenas um dos desafios enfrentados pelos migrantes, pois, a natureza do lugar também precisava ser compreendida, vencida, já que podia ser hostil, violenta, mortal. Mas isso, não fora veiculado pela campanha do governo federal (PETIT, 2003).

O estado brasileiro colocou em curso a divulgação do seu projeto de colonização pública, num desenho urbano que começava com as Agrovilas, que seriam comunidades com aproximadamente 50 famílias, um posto de saúde e uma escola. Para cada 20 agrovilas, haveria uma Agrópolis, um centro administrativo dos órgãos públicos com serviços urbanos, assistência social e uma cooperativa de trabalhadores, o ponto de integração das Agrovilas e Agrópolis seriam as Rurópolis, os centros mais desenvolvidos, eram comunidades padronizadas e ideais para o desenvolvimento da região, pelo menos no projeto (VICENTINI, 2004).

Na prática, as comunidades não receberam o apoio prometido e foram abandonadas pelo governo. Paralelo ao projeto público de colonização havia um projeto particular que se desenvolveu, para onde muito da força de trabalho do projeto oficial migrou. Muitos migrantes abandonaram as Agrovilas e foram morar nas cidades em busca de trabalho. As áreas de colonização mais distantes foram esvaziando com o tempo.

O fluxo de migrantes que veio para região superou a capacidade do governo de assentá-los, estes foram se instalando como posseiros, nas proximidades dos projetos e este boom da colonização acabou por intensificar o problema da luta pela posse da terra em vários estados da região amazônica (VICENTINI, 2004).

Esse ideal de “progresso” via um crescimento linear e sem fim, que buscava na incorporação de terras e de recursos naturais infundáveis o seu trunfo. Como pano de fundo, o ideal moderno dizia que para o projeto ter sucesso era preciso transformar a natureza selvagem, em natureza dominada, e fazê-la gerar lucros. Assim, a incorporação da Amazônia ao Brasil, passaria antes de tudo, pela transformação do seu espaço natural, através do trabalho humano. Com essa visão, o espaço amazônico foi ocupado, sob a égide do estado.



Nesse processo de redistribuição territorial, proposto pelo governo, a agricultura colocada em prática, desde o início, estava vinculada a um grupo, o das empresas capitalistas. Esse modelo ganhava destaque com a expansão do mercado da indústria de tratores, adubos químicos e sementes elementos -chave na agricultura moderna proposta pelo estado. A lógica de exploração era capitalista. As atividades de pecuária extensiva logo receberam ajuda de custo do governo, para facilitar seus empreendimentos. Esse projeto buscava substituir florestas por pastagens, e acabar com o “isolamento e o vazio humano”, da região como afirmava o discurso hegemônico do capital, para esta estratégia de desenvolvimento do estado na região, a terra só tinha valor se fosse transformada em pasto (TRINDADE, 2014).

Monteiro (2006) argumenta que a disputa pela terra estaria inserida no bojo de visões de projetos distintos de desenvolvimento regional e que na fronteira amazônica são identificáveis resultados de tentativas estratégicas de modernização vinculadas ao um modelo de desenvolvimento que oferece aporte e impulsiona:

A mineração industrial, as guseiras, as grandes metalúrgicas, as grandes indústrias químicas, a produção homogênea de gado e de grãos e as gigantescas estruturas industriais, cuja implementação pressupõe uma elevadíssima padronização das bases produtivas, podendo provocar alterações tão significativas na natureza originária que comprometem os fundamentos da sua reprodução, representando, portanto, grandes riscos ambientais. [...]. Em oposição a esse modelo, encontram-se as pequenas e médias estruturas produtivas, que operam em pequena escala, entre as quais grande parte das unidades camponesas. Trata-se de um modelo baseado na diversificação da produção, cujos riscos ambientais são bem menores (MONTEIRO, 2006, p.7).

Por conseguinte, os processos de ocupação da Amazônia brasileira nas últimas décadas do século XX foram fortemente marcados pela intervenção do governo federal. Monteiro (2005) indica que “o Estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia” (MONTEIRO, 2005, p. 144). Para os governos militares era imperioso “ocupar a Amazônia” e para tanto foi criado um grande aparato institucional e diversas ações coordenadas pelo governo, uma destas ações envolveu a criação, em 1974, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).



Os planos federais previam a implantação de diversos "polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira", a organização de um destes polos teve repercussão direta nas mudanças na "região de Marabá". Já que a partir dos anos 1980, diante das dificuldades para financiar a infraestrutura vinculadas a todos os polos do Polamazônia, criou, em 1980, um novo programa que passaria a concentrar a maioria dos recursos federais destinados à Amazônia, este foi o Programa Grande Carajás e do (PGC) e tinha como elemento chave a exploração das minas de Carajás, na "região de Marabá" (MONTEIRO, 2005, p. 152).

O Programa Grande Carajás (PGC) teve grande repercussão na organização das dinâmicas regionais, ele trouxe

em seu bojo uma grande diversidade de interesses, entre eles os dos governos militares e de grupos transnacionais, aos quais se agregaram os da CVRD, que buscava consolidar na região um ambiente socioeconômico que resguardasse seus investimentos e maximizasse a utilização da infraestrutura por ela criada (MONTEIRO, 2005, p. 153).

Este quadro conduz a pertinente percepção de que

no sudeste do Estado do Pará a produção camponesa e a produção mineral têm sofrido pressões e influências recíprocas [...] ocorreu uma intersecção temporal e geográfica destas estruturas produtivas. A região abrigou frentes de expansão camponesa [...] bem como se instalaram empreendimentos de mineração industrial vinculados à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e que se destinavam à extração e beneficiamento primário de minerais. Estes empreendimentos têm influência nas trajetórias do espaço agrário da região. A região, em função da instalação de atividades de mineração industrial e da concentração de grande fluxo migratório, passou a assumir, simultaneamente, uma conotação de área de crescente exploração de minerais e de surgimento de projetos de assentamentos (MONTEIRO, 2006, p. 49)

Castro (2008) indica que no Sul do Pará, por exemplo, há uma rota de pecuarização em curso, desde 1975 conduzida pelas mãos do estado e do capital privado, e que esta tem definido o ordenamento territorial naquele espaço.



AS TENDÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Tendências captadas pelos censos agropecuários, 1995-2016, e pelo CAR.

A seguir apresentam-se as principais tendências presentes no agrário da região de Marabá, no período compreendido entre 1995 e 2016, onde recorreu-se aos dados dos Censos Agropecuários e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os dados censitários foram submetidos a tratamento estatístico que possibilitou, por exemplo, organizá-los por tipologias, para agricultura patronal e para agricultura familiar, a partir da expressão de importância relativa do uso da força de trabalho familiar no âmbito da unidade de produção e do tamanho das propriedades. Tal retabulação permitiu realizar esta segmentação e, a partir dela, identificaram-se as mudanças ocorridas em segmentos sociais distintos, relativos ao uso da terra e a natureza da produção desenvolvida.

A região estudada abrange 3.765 mil hectares dos quais a apropriação familiar provável envolve uma área de 344 mil ha, quando se considera os dados do Censo Agropecuário de 2006, esse tamanho pode chegar a 623 mil ha, quando se considera as informações do Cadastro Ambiental Rural de 2016 é de 791 mil ha, quando se considera a área total destinada aos assentamentos da reforma agrária inferida por meio de imagem de satélite; já, a apropriação patronal provável abarca uma área de 1.059 mil ha, quando se considera os dados do Censo Agropecuário de 2006, podendo chegar a 2.489 mil ha, e quando se considera as informações do Cadastro Ambiental de 2016 é de 1.752 mil ha, se, inferida por meio de imagem de satélite e considerada a área total da região subtraindo-se dela, as demais possibilidades de apropriação inclusive as áreas protegidas, terras indígenas e assentamentos da reforma agrária.

De acordo com as fontes de dados utilizadas, a variação percentual do total das áreas apropriadas pelas duas principais formas sociais de organização no agrário, o familiar e o patronal, segue uma variação relativamente uniforme, que serão expressas a seguir, que compõe a fonte inicial usada para apontar as principais dinâmicas em curso na agricultura familiar na região de Marabá.

A partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é possível inferir as seguintes tendências no agrário em estudo: nos últimos 30 anos, a concentração fundiária da região manteve-se praticamente inalterada; o somatório do tamanho das propriedades familiares se manteve inalterado, apropriando-se de $\frac{1}{4}$ da área de estudo; o



número das propriedades aumentou; o tamanho das propriedades não determina a quantidade do pessoal ocupado, mas nas áreas com tamanho de 20 a menos 50 ha e nas de 50 a menos 100 ha, os números indicam uma diminuição no número de membros da família ocupados com o trabalho na propriedade, ainda que as famílias se mostrem numerosas.

Houve, também, uma queda no uso de adubos e corretivos e um expressivo aumento no consumo de energia elétrica. Os lotes com tamanho de 20 a menos 50 ha apresentaram, por um lado, aumento na produção de animais de grande porte, e, por outro, uma queda na produção das atividades econômicas lavouras temporárias e aves e pequenos animais, no período intercensitário. O estrato que compreende os estabelecimentos entre 20 a menos 50 ha foi, também, o que obteve as maiores variações de créditos bancários e na produção de gado bovino. O número de pessoal ocupado na agricultura familiar permaneceu estável, em torno de 50 mil pessoas, ocupando em torno 24% da área de região de Marabá. A grande mudança observada foi, assim, o movimento em direção à pecuarização da agricultura familiar.

As tendências identificadas nos estabelecimentos da agricultura familiar na região de Marabá (PA) foram os elementos que impulsionaram e nortearam a pesquisa de campo, com base nos conceitos formulados por Bourdieu (1987; 2009), anteriormente citados, e por meio da qual se constituiu uma interpretação sociológica das principais tendências na agricultura familiar indicadas nos Censos Agropecuários do IBGE e no CAR. A seguir, refletimos sobre as apreensões do universo sociológico derivadas da pesquisa de campo.

Tendências captadas pela pesquisa de campo: 2017 e 2018

A agricultura familiar conta com dimensões intermediárias, forças internas e externas, podendo por vezes se complementar ou conflitar. Lutas por conservações ou transformações estão ali. Agentes sociais e instituições criam e fazem circular significados e estratégias. Contexto este, constituído por regras nem sempre claras, mas que se fazem presentes. Esse microcosmo recebe impulsos externos, mas, também, tem suas “próprias leis, suas resistências, suas autonomias” e se aproxima, por isso, daquilo que Bourdieu (BOURDIEU, 1997, p.68) chama de campo. O *corpus* analisado a seguir deriva da pesquisa de campo realizada nos anos de 2017 e 2018, nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Jacundá.



Tratar das estratégias de reprodução, em Bourdieu (2012), é colocar em cena as possibilidades de jogar com as regras. É transgredir princípios, como diz ele. Em nome de quê? Em nome da família, da maximização dos benefícios econômicos e simbólicos desta. O argumento do lugar social da família se faz presente nas narrativas. De acordo com um agricultor familiar do município de Jacundá, uma das razões que o leva, a criar gado em sua propriedade, que se insere no estrato compreendido entre 20ha a menos 50 ha, é o sustento da família. Diz ele:

O pequeno produtor cria gado e dele tem o leite, tem o queijo, tem o couro, se precisar vende uma vaca, sai do aperreio. (...) e assim vai surgindo as chances de ele comprar outra vaca e a família tem uma segurança de renda. Mesmo que uma vaca venha a morrer sempre fica uma semente, no fim, é sempre uma fonte de sustento da família. Agricultor 01, de Jacundá (PA).

Os enunciados acima apontam para a manifestação do sentido prático em alternativa prática para o sustento da família. O sentido do jogo aparece como um domínio prático adquirido pela experiência, que se liga ao *habitus* e se expressa na construção de alternativa, que possibilita vencer o jogo atendendo à necessidade do contexto (BOURDIEU, 2002).

No enunciado a seguir, a estratégia expressa como um trunfo no jogo social é, também, uma saída prática para a necessidade cotidiana do agricultor e de sua família. O leite representa poder de compra, de crédito. “Pego agora o que precisar. Pago depois com leite”. O sustento cotidiano da família aparece como uma das lógicas por trás da “opção” pelo gado.

Veja o caso do leite, a gente tem o leite pro consumo e pra alimentar os animais. Faz o queijo, vende e come rsr. As vez a gente precisa de um bujão de gás, pega e depois paga com leite. (...)isso é uma renda importante pra família, eu mesmo aqui comecei com uma vaca e não me arrependo. Agricultor 02, de São João do Araguaia. (Pa)

O capital social é uma das expressões do capital simbólico ele é formado pelas relações sociais que podem, por exemplo, representar capacidades de movimentar-se socialmente Bourdieu (2012), aqui, associado a enunciados que tratam de poderes: Poder de compra, poder de venda, poder de sustento da família, poder de planejar a vida, poder de construção discursiva. O capital físico, gado, parece exercer uma força de sedução sobre os rumos da vida do produtor. Vejamos:



O produtor pode vender o leite em natura, o queijo, o requeijão. (.....) muitas famílias que eu conheço educaram os filhos, formaram os filhos na escola como a gente diz, com o leite, com o gado e hoje eu invisto porque a renda é garantida. É uma forma de trabalho que garante uma renda pra família. Agricultor 03, de Itupiranga. (Pa).

A formação dos filhos, que opera no mundo simbólico, e que é uma *estratégia*, é evocada numa íntima relação com a produção derivada do gado. Esse capital simbólico é também capital econômico, e esse movimento de vida relaciona-se com a estratégia de reprodução social em seu aspecto mais amplo, a projeção da vida futura da família. Assim, aspectos relacionados a “poder” e a “segurança” aparecem colados à criação bovina.

As diversas dimensões do trabalho familiar ocupam papel central na condução de vida dos agricultores familiares, uma delas é a penosidade, a intensidade, do trabalho. O trabalho de homens, de mulheres e de crianças têm papel definidor do seu nível de produção e, também, de escolhas do quê, e de como produzir. Nela, a capacidade física dos agentes envolvidos no processo aparece como sendo um termômetro das diretrizes que a produção pode tomar. A escolha de uma, ou de outra atividade, pode estar relacionada à penosidade e a intensidade do trabalho. O recorte abaixo expressa isso:

Lá no meu lote eu crio gado. O trabalho com o gado é mais leve. Você já plantou um roçado? É muito trabalho. Precisa de muita gente. As vaca, até um menino toma de conta. Sem contar que a lavoura precisa de apoio técnico e num tem. Agricultor04, de São Domingos do Araguaia (PA).

O trecho acima dialoga com o que consideramos das teorizações de Bourdieu (1989), ao tratar do *habitus* como um gerador de jogos, que requerem do jogador estratégias. O desafio colocado pela penosidade e intensidade do trabalho do roçado, a substituição deste pela criação das vacas, e a possibilidade de que até um menino, dê conta do trabalho, sinaliza as possibilidades pensadas para vencer o “jogo”. Possibilidades de ações que podem ser resultado, também, do seu *habitus*.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi identificar e analisar, as tendências da produção da parcela da agricultura familiar na região de Marabá, que está envolvida com a criação do gado. No primeiro momento, fazendo uso de dados dos Censos Agropecuários do IBGE e do CAR de 1995 a 2016, depois, com pesquisas de campo composta por entrevistas, nos anos de 2017 e 2018. Os achados sociológicos ajudaram a traçar o painel mais amplo, para a composição das análises subjetivas que mostraram os avanços da pecuária sobre a agricultura familiar na região, indicando esta como sua principal tendência de produção, mas, também, indicou que esse agrário produz num lugar marcado historicamente pela presença do gado; que a criação do gado está vinculada à reprodução social da família; e que as estratégias de reprodução social estão marcadas por condicionantes internos e externos.

O empírico revelou um cotidiano marcado pela busca de soluções para os desafios postos à reprodução social da família. É nesse quadro que se interpretou o movimento das tendências em tela. Longe de propor uma narrativa extensa que privilegiasse articulações macros, ou movimentos com ecos nacionais e internacionais, esta reflexão olhou o agrário da região inserido num contexto social micro, diverso, em movimento, imprevisível... mutável em que diferentes agentes participam de um jogo (BOURDIEU, 1983) social, que podem ou não, operar com planejamentos ou racionalidades, previamente construídas, por isso, neste artigo, optamos pela lente sociológica emprestada de Bourdieu, na tentativa de ver o invisível, o negado, o não dito, o além dos números.

Entre os fundamentos que explicam essa tendência à pecuária é possível pontuar o sentido prático desse processo, a reprodução social da família, com elementos que ajudam a compor um quadro explicativo mais amplo da singularidade desse agrário, assim, consideramos um conjunto de ações práticas, ou estratégias (BOURDIEU, 1983) colocadas em curso de acordo com cada contexto, como respostas às necessidades objetivas do cotidiano dos agricultores familiares da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.



- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença**. Porto Alegre: Zouk, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática 1983.
- BRELAZ, Walmir Moura. **Os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás**. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad económica Campesina**. Buenos Aires, 1974.
- CASTRO, Edna. (org.) **Sociedade, Território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária na Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA; NAEA, 2000.
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário do Pará 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. CD-ROM.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2006 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no sudeste do Pará. **Antropolítica** Niterói, n. 26, p. 245-266, 1. sem. 2009.
- MICHELOTTI, Fernando. **O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará**. 2º encontro da rede de estudos rurais, 11 a 14 de setembro de 2007, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense**. 2017. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.
- MONTEIRO, Maurilio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, 2005.



MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Tendências no uso do solo na região da Marabá. In: **Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Marabá (PA), 2016. Relatório de Pesquisa.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no sudeste do estado do Pará, Brasil. **Raízes** (UFPB), v. 25, p. 48-54, 2006. n.º 1 e 2, p. 48-54, jan./dez. 2006.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. **Diversidade socioambiental e dinâmicas da relação sociedade-natureza na área de fronteira agrária do sudeste do Pará**. 2009. 280 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio, Porto Alegre, 2009.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**. Belém: Paka-tatu, 2003,
TRINDADE, José Raimundo Barreto (org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia**. Belém: Paka-tatu, 2014.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: lepaysanpolonais**. Librairie Armand Colin, Paris, 1973.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: EduUfpr, 2004.

Artigo recebido em: fevereiro/2021

Artigo aceito em: junho/2021